

AGRICULTURA FAMILIAR NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006

Janete Stoffel¹

Área temática: Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural

RESUMO

Esta pesquisa procura demonstrar como a agricultura familiar se constituiu na região Sul do Brasil e apresenta dados sobre suas condições atuais. Sobre estas condições o artigo informa quais atividades representam os maiores valores da produção na agricultura familiar e também quais são aquelas que respondem pela maior parcela das receitas. Estas informações servirão como embasamento para investigações posteriores nas quais serão observadas as condições de vida destes produtores a partir das culturas agropecuárias praticadas. No estudo aqui apresentado, foi possível observar que a produção vegetal responde majoritariamente no que tange ao valor da produção e dentro da produção vegetal as lavouras temporárias são as principais atividades. Já a produção animal, aparece com aproximadamente 30% do valor da produção, sendo que nestas atividades os três Estados apresentam características distintas no que tange aos tipos de animais. Um destaque a ser feito é a pequena importância da agroindústria, tanto no valor da produção quanto nas receitas da agricultura familiar. Estas informações são no mínimo instigantes para que se procure aprofundar a pesquisa e verificar se as culturas praticadas permitem condições adequadas de vida aos agricultores familiares da região em estudo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Atividades Agropecuárias. Produção.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate how the family farm was set up in southern Brazil and displays information about its current condition. On these conditions, the article tells what activities represent the highest production in family farming and also which ones account for the largest share of revenues. This information will serve as a basis for further investigations which will be observed in the living conditions of farmers from crop farming practiced. In the study presented here was possible to observe that the crop responds mostly with respect to the value of production and crop production within the temporary plantations are the main activities. The production animal appears with approximately 30% of production with activities in these three states have different characteristics with respect to the types of animals. A highlight to be done is the small matter of agro-industry, both in production value and in income from family farming. This information is at least intriguing to find that further research and verify that the crops that allow adequate living conditions for farmers in the region under study.

Keywords: Family Farming. Agricultural Activities. Production.

¹ Discente do Doutorado em Desenvolvimento Regional da Unisc/RS. Bolsista do Programa BIPSS-Bolsas Institucionais para Programas de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Edital 01/2011. Docente da Faculdade Horizontina. Endereço: Rua Buricá, 725, Centro, Horizontina/RS. E-mail: janete.stoffel@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada neste artigo procura caracterizar a agricultura familiar nos Estados da Região Sul, a partir de informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), focando em características da mesma e também no valor da produção e receitas obtidas nas atividades agropecuárias. A delimitação utilizada no Censo Agropecuário para identificar agricultores familiares está embasada na Lei 11326/06, segundo a qual estes são produtores cuja atividade é executada em área de até quatro módulos fiscais, que utilizem prioritariamente mão de obra familiar nas atividades produtivas exercidas no estabelecimento, cuja renda seja oriunda predominantemente do estabelecimento e onde o proprietário, em conjunto com a família, dirija o estabelecimento.

O presente artigo insere-se numa pesquisa maior, na qual a primeira autora está envolvida para a construção de sua tese de doutorado. E nesta pesquisa considera-se a categoria agricultura familiar como sendo aquela na qual a mão de obra utilizada é predominantemente da família, onde a gestão do estabelecimento é feita pelo proprietário em conjunto com sua família, sendo a disponibilidade de terras e capital limitada aos recursos que o grupo familiar dispõe e onde a renda é obtida a partir das atividades agropecuárias com as quais o mesmo se ocupa. A principal diferença entre a Lei e as características definidas na tese está relacionada ao tamanho da área em que os agricultores familiares atuam.

No item em que são abordadas a origem e evolução da agricultura familiar nos Estados da Região Sul, estão apresentadas características da categoria, procurando ilustrar diferenças entre a agricultura familiar e a não familiar. Em seguida são apresentadas informações sobre número de estabelecimentos, área ocupada, forma de obtenção das terras, tempo em que os proprietários estão na direção do estabelecimento, valor da produção e receitas obtidas a partir as atividades agropecuárias.

O objetivo de apresentar este conjunto de informações é fundamentar a discussão sobre quais as atividades agropecuárias que permitem aos agricultores familiares alcançar maiores rentabilidades e melhores condições de vida², assunto que não será esgotado neste artigo, mas cuja discussão está lançada e tem neste texto um dos embasamentos.

Metodologicamente utilizou-se de um estudo bibliográfico e de informações secundárias retiradas do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), a partir das quais foram apresentadas características atuais da agricultura familiar nos três Estados da Região Sul.

² Tema que constitui a discussão de uma pesquisa de doutorado em andamento.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS

Discutir agricultura familiar consiste entrar numa seara na qual é preciso ter clareza e conhecimento para não incorrer em afirmações contraditórias na utilização de conceitos. Categorias como campesinato, pequena produção, agricultura familiar são algumas daquelas que fazem parte de definições nem sempre consensuais.

A categoria que este trabalho emprega é a agricultura familiar caracterizada como aquela unidade produtiva que utiliza de maneira predominante a mão de obra da família, onde a propriedade/estabelecimento é gerenciada(o) pelo proprietário e sua família. A principal distinção dos agricultores familiares em relação aos agricultores não familiares está embasada no fato de que os primeiros possuem à sua disposição a mão de obra da família e em geral a quantidade de terras das quais é proprietária é de tamanhos menores. Sobre a disponibilidade de capital também há diferenças, pois enquanto na agricultura não familiar há maior facilidade de acesso a grandes volumes, na agricultura familiar o acesso existe, mas para valores menores, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Dentre os diversos termos já utilizados para denominar os produtores, o termo *colono* foi bastante utilizado no tempo da colonização dos Estados da Região Sul, e ainda é possível observar muitos produtores que se identificam desta forma. Bernardes (1997) afirma que no Rio Grande do Sul o termo ‘colono’ “correspondeu ao pequeno proprietário agricultor em terras de mata” (p. 92). A ele cabia derrubar as matas e efetuar o cultivo das lavouras. As principais características desta categoria estão relacionadas à utilização da mão de obra da família em terras com pequenas extensões, que eram de sua propriedade, cultivando produtos que pudessem ser consumidos e cujos excedentes pudessem ser comercializados. As técnicas de produção eram em sua maior parte manuais, e a policultura era também uma característica.

Moraes (1998) apresenta em seu ensaio a evolução de diferentes categorias no caso brasileiro. Segundo a autora, nos anos 1950, o termo *camponês* correspondia àquelas populações agrárias que não eram nem patrimonialistas, nem proletárias, na agricultura capitalista brasileira. Na década de 1960 o termo *camponês* era identificado como “um padrão genérico cujas diferenças consistem em diferenciação socioeconômicas; pauperização ou involução agrícola; farmeirização/marginalização; coletivização/estatização e camponeização” (p. 124). Anteriormente, autores como Kautsky, Lenin e Chayanov elaboraram teorias utilizando o *camponês* como categoria de estudo.

A partir dos anos 1970, no contexto do discurso desenvolvimentista estatal em que a modernização da agricultura era o principal foco, passa-se a uma utilização crescente da categoria *pequena produção*. Nesta época a pequena produção correspondia ao contraste em relação à grande produção, sendo o tamanho o principal diferencial. Por esta época os camponeses são considerados como produtores de baixa renda ou de pequena produção. Segundo Moraes (1998) nesta época a preocupação não era com a existência ou não de um campesinato no Brasil, mas sim se esta existência enquanto pequena produção era funcional ao capital. Por esta época observa-se que a maior parte das literaturas sobre o tema empregam o termo pequena produção.

Na década de 1980, a partir da redemocratização do país surgem novas demandas e movimentos sociais, que constroem novas categorias. Dentre várias outras, o camponês volta a ser uma destas categorias, havendo autores que o tratam desta forma e outros como agricultor familiar.

Abramovay (1997) fala das mudanças nos enfoques dos intelectuais após o esgotamento do tema ‘pequena produção’. Em sua opinião, a partir de então os teóricos passaram a verificar que a *agricultura familiar* é o espaço de discussão mais valioso. O autor menciona que no campo teórico/intelectual a agricultura familiar passou a ser importante após 1990. A partir de então as pesquisas sobre agricultura familiar tomaram novo rumo, modificando os métodos de pesquisa. Uma das principais mudanças foi de que não se ficou restrito ao tamanho da área do estabelecimento familiar, enquanto característica da categoria. Isto significa que o autor não concorda totalmente com as definições da Lei 11326/06 que regulamenta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. A qual define enquanto agricultores familiares aqueles produtores cuja atividade é executada em área de até quatro módulos fiscais, que utilizem predominantemente mão de obra familiar nas atividades produtivas exercidas no estabelecimento, cuja renda seja oriunda predominantemente do estabelecimento e onde o proprietário, em conjunto com a família, dirija o estabelecimento (LEI 11326/06, 2010).

Lamarche et al (1993) utiliza a definição de *exploração familiar*, sendo ela denominada como “unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família”(p. 15). De acordo com a obra há diversas formas de denominar o explorador agrícola, sendo que algumas podem carregar simbologias enquanto outras não. Termos como produtor, explorador agrícola ou cultivador são termos neutros. Camponês, agricultor, chefe de empreendimento, trabalhador da terra carregam simbologias. Segundo Lamarche et al (1993) é frequente que a exploração familiar seja confundida com a

exploração camponesa. Na concepção destes autores “A exploração camponesa é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola” (p.16). Este modelo foi descrito e analisado por autores como Alexandre Chayanov, sendo retomado mais tarde por H. Mendras, por J. Tepicht. Conforme a obra aqui citada “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (p. 16). Indicando que o camponês tem suas atividades relacionadas à subsistência, sem necessariamente estabelecer relações mercantis.

Na opinião de Lamarche et al (1993) as explorações familiares agrícolas não são um grupo social homogêneo, não podendo ser considerada uma classe social no sentido marxista. Segundo a obra, “a exploração familiar contém nela mesma toda a diversidade e pode ser definida pelas condições objetivas de produção, tais como a superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira” (p. 18).

Para Wanderley (1996) a agricultura familiar se caracteriza pela família sendo ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e assumindo o trabalho no estabelecimento produtivo. O caráter familiar associando família-produção-trabalho resulta em consequências sobre como esta categoria age econômica e socialmente. Na concepção da autora, o campesinato consiste numa das formas sociais de agricultura familiar. Pois o camponês apresenta também a relação entre propriedade, trabalho e família. Wanderley é uma autora que utiliza o termo camponês em suas obras, sendo importante salientar que para ela a agricultura camponesa não é simplesmente uma agricultura de subsistência. Suas características são de ser pequena, dispor de poucos recursos e com restrições para potencializar suas forças produtivas, no entanto ela não é camponesa por ser pequena, mas sim pelas relações internas e externas que estabelece.

Na opinião de Ploeg (2008) “o modo camponês de fazer agricultura está enraizado na condição camponesa e provém dela” (p. 39). Segundo o autor as principais características da condição camponesa são a luta pela autonomia num contexto de dependência, marginalização e privações. Nesta condição há formas de co-produção entre o homem e a natureza, interagindo com o mercado, mas acima de tudo fomentando a autonomia e reduzindo a dependência.

Conforme o texto permite observar, o conceito de agricultura familiar enfrenta controvérsias em sua abordagem, tanto prática quanto teórica. Para Meliczek (2003) não existe uma definição geral válida e que seja reconhecida por todos. O autor cita o trabalho da

FAO³, que considera como características de uma empresa familiar num empreendimento agrícola, o fato de que esta é administrada pela família, onde os integrantes da unidade familiar empregam todo o seu tempo de trabalho nas atividades do empreendimento, que é de sua propriedade e cujo rendimento é fruto da produção agrícola. Os resultados dos empreendimentos familiares podem ser de subsistência ou podem ser destinados para o mercado.

Nas abordagens da FAO, o tamanho do empreendimento não é decisivo para a categorização enquanto agricultura familiar. O que determina seu enquadramento é a forma e intensidade de produção. No âmbito interno de um país este tamanho pode até ser importante, mas a nível comparativo entre países deixa de ser. Uma observação que estudos da FAO fazem é de que no geral a produção e os afazeres são maiores na medida em que o tamanho do empreendimento é menor, devido ao caráter familiar da mão de obra empregada. Pois numa propriedade não familiar as atividades utilizam processos menos intensivos em mão de obra (MELICZEK, 2003).

Como é possível observar, em termos gerais a característica familiar da unidade de produção se mantém em várias categorias. A principal diferença está entre os estabelecimentos familiares e aqueles que não são familiares. Neste trabalho se entende que a agricultura familiar tem à sua disposição a mão de obra da família, que pode ser ocupada no processo produtivo com menores custos de oportunidade, trabalhando em áreas de terra que são de sua propriedade e por isto de tamanhos limitados à disponibilidade de mão de obra e de capital. Já na agricultura patronal (não familiar) o acesso à mão de obra depende da contratação e assalariamento, sendo que as áreas de produção são maiores, ocorrendo o emprego de máquinas e equipamentos combinado a uma quantidade reduzida de trabalhadores.

Sobre as diferenças entre a agricultura familiar e não familiar cada enfoque teórico procura demonstrar as características de ambos. No caso da FAO/Inra as características que distinguem as duas categorias estão apresentadas no quadro 1.

³ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Modelo patronal /não familiar	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho Organização centralizada Ênfase na especialização Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis Predominância do trabalho assalariado Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões ‘de terreno’ e ‘de momento’	Trabalho e gestão intimamente relacionados Direção do processo produtivo assegurado pelos proprietários Ênfase na diversificação Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida Trabalho assalariado como complementação Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Quadro 1: Comparativo entre modelos patronal e familiar de agricultura
 Fonte: FAO/INCRA, 1994, p. 2

As características apresentadas no quadro 1 não são consensuais. Observa-se que a FAO valoriza a diversificação na agricultura familiar, mas observando empiricamente não se pode afirmar que o modelo familiar não atue de forma especializada em algumas culturas. Uma diversificação absoluta é mais interessante para aqueles que visam especialmente a subsistência. Mas quando há relações mercantis torna-se necessário algum tipo de especialização para conseguir atender às exigências do mercado. No entanto para agricultores familiares o ideal seria a multiespecialização, uma vez que a monoespecialização pode levar à dependência e a riscos muito elevados.

As principais características que devem ser apontadas na agricultura familiar estão relacionadas aos fatores de produção terra, trabalho e gestão. O tamanho da área de terras não é determinante das características familiares, mas em geral as propriedades tem área menor e a possibilidade de expandir estas é limitada pela disponibilidade e acesso ao capital. Em relação ao trabalho a mão de obra disponível é a familiar. O emprego de mão de obra assalariada na propriedade familiar não é uma prática rotineira. E a gestão do estabelecimento é feita pela própria família o que se torna aspecto de muita relevância, uma vez que a propriedade e a gestão são combinadas. Ao comparar a agricultura patronal e a familiar, Veiga (2000) aponta que aquela tem empregado cada vez menos pessoas, enquanto a familiar é mais inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento dos espaços em que está inserida.

Utilizando-se da categoria agricultura familiar considerada como aquela que emprega mão de obra da família, cuja gestão é feita pelo proprietário em conjunto com sua família, onde a disponibilidade de terras em geral é reduzida e onde o volume de capital também é limitado, no próximo item são apresentadas características da agricultura familiar nos Estados da Região Sul desde o princípio da colonização até os dias atuais, procurando ilustrar algumas características atuais desta categoria na região em questão.

3 AGRICULTURA FAMILIAR NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL

Os três Estados que compõem a Região Sul possuem semelhanças e diferenças no que tange às suas características agropecuárias, tanto na formação do espaço quanto nas atividades agropecuárias desenvolvidas e também na sua estrutura agrária. Em comum aparece a posição estratégica no tempo colonial, quando a região era espaço que deveria ser ocupado para garantir a posse por parte de Portugal em suas disputas com Espanha. A colonização dos três Estados por imigrantes europeus é outra característica comum.

Sobre a Região Sul, Swain (1988) afirma que neste espaço, a partir da imigração europeia houve uma diversificação das atividades onde o imigrante contribuiu para a formação de pequenas e médias propriedades, com a utilização de mão de obra familiar. Ressaltando que em outras regiões a preponderância era do latifúndio e das barreiras sociais por ele imposta. No item a seguir são apresentadas características sobre a formação da agricultura familiar nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

3.1 Aspectos históricos

Observando a história de ocupação territorial da Região Sul a origem das propriedades familiares está centrada na imigração europeia. A primeira tentativa de formação de propriedades familiares efetuada pela coroa portuguesa com a vinda de casais açorianos não havia alcançado os resultados desejados. Mas a vinda dos colonos alemães e italianos demonstrou ser uma experiência que valera a pena, pois menos de um século após a vinda dos primeiros colonos imigrantes estes já produziam excedentes que abasteciam o mercado interno. Tem-se assim uma experiência exitosa no que tange à produção familiar na agricultura desta região.

Entre os períodos do surgimento da indústria e a revolução verde observou-se nas propriedades familiares uma prosperidade inicial seguida por uma estagnação para a qual contribuíram a necessidade de busca de novas terras dentro dos Estados em virtude do tamanho das famílias que demandava mais terras. Novas regiões foram ocupadas, na época com o avanço em direção às matas virgens que ao serem derrubadas poderiam ser transformadas em novas lavouras (BERNARDES, 1997). Desde a entrada dos imigrantes europeus até o início da Revolução Verde as práticas culturais dos produtores familiares eram diversificadas, sendo comum ‘produzir tudo’ dentro da propriedade, principalmente os itens

alimentícios. Havia relativa subordinação destes produtores ao capital, principalmente ao comercial uma vez que os excedentes poderiam ser comercializados para as regiões nas quais houvesse demanda e principalmente condições de aquisição destes bens.

Neste período histórico é possível mencionar que os produtores familiares adotavam práticas que poderiam ser explicadas por Chayanov (1981). Buscava-se um equilíbrio entre o esforço e a satisfação das necessidades. O trabalho dentro da propriedade correspondia ao principal recurso para alcançar melhores condições de vida, mas estas condições estavam principalmente relacionadas à disponibilidade de alimentos e vestuário.

Durante o período da modernização da agricultura/Revolução Verde predominou a ideia de que haveria uma tendência de que os produtores melhor preparados financeiramente seriam aqueles que predominariam na agricultura. O resultado seria a proletarização daqueles produtores na época denominados de pequenos produtores, cuja mão de obra era familiar. A condução das políticas do período provocou êxodo rural. Grande parte foi oriunda das propriedades que se modernizaram reduzindo a mão de obra necessária. Mas também houve estabelecimentos que optaram em vender suas posses para outros, estando inclusos nestes muitos produtores familiares.

Importante ressaltar que durante a modernização agrícola o governo não adotou qualquer medida que pudesse favorecer ao agricultor familiar. As ações indicam que esta categoria não era conhecida pelos governantes, ou em caso de conhecimento, não interessava mantê-la. O mais curioso deste panorama é que a participação da agricultura familiar na mão de obra ocupada historicamente foi muito grande. Os resultados censitários reiteradamente demonstravam a elevada participação dos agricultores familiares, tanto no número de estabelecimentos quanto no volume de mão de obra ocupada. Neste aspecto certamente ao governo interessava mais a defesa dos interesses do capital industrial por este período, sem que outro foco lhe fosse atraente. E apesar de todas as ações já mencionadas que desfavorecem ao produtor familiar muitos destes permaneceram produzindo insistindo nas suas propriedades apesar de 'quase' esquecidos.

Em relação às mudanças provocadas pelas políticas agrícolas em favor da modernização da agricultura, inseridas numa maior industrialização e urbanização no gráfico abaixo está ilustrada a evolução da população rural no período de 1950 a 2010 em cada Estado da Região Sul.

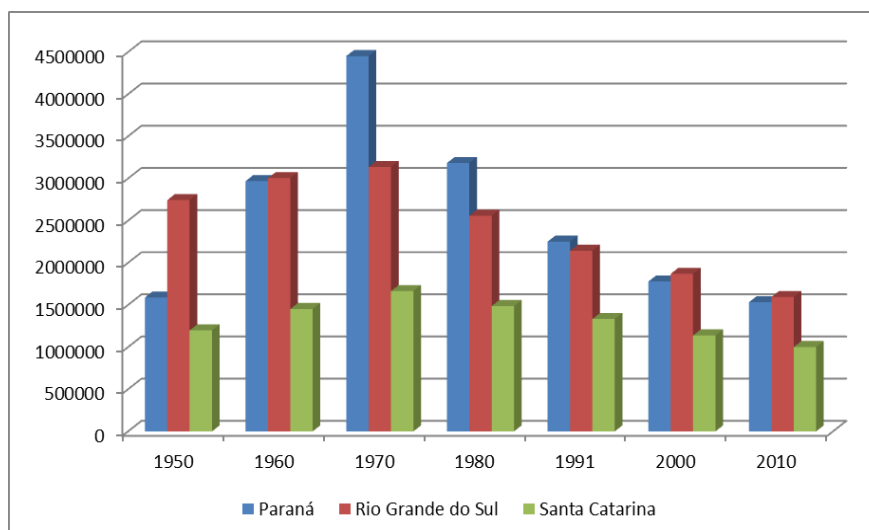


Figura 1: População rural nos Estados da Região Sul entre 1950 e 2000
Fonte: IBGE (2011).

A figura 1 é autoexplicativa permitindo visualizar claramente o crescimento da população rural até os anos 1970, em virtude do crescimento vegetativo e posteriormente um declínio acentuado que parece tender à estagnação nas últimas décadas. Importante ressaltar que nesta população rural não constam apenas agricultores familiares, mas também aqueles que não são familiares. Neste sentido, também a evolução do número de estabelecimentos pode ser uma informação importante na região em questão, informações apresentadas na figura 2.

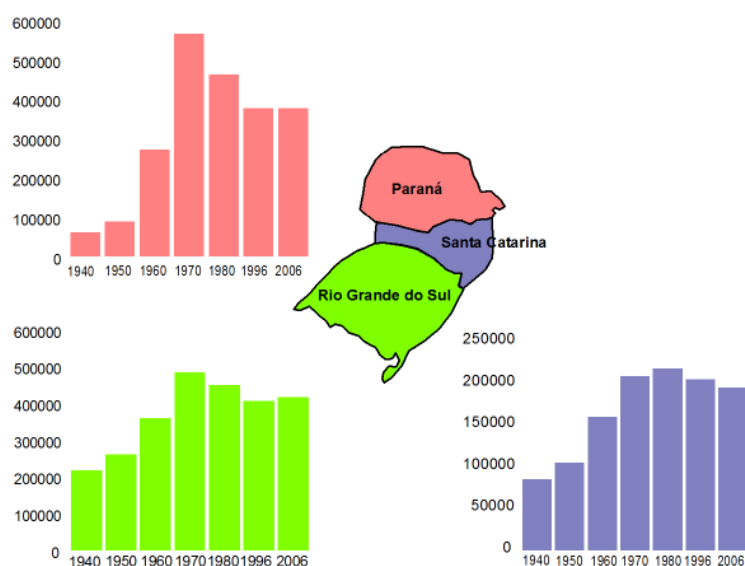


Figura 2: Número de estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul (1940 a 2006)
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de 1940 até 1970 foram obtidos em IpeaData (2009). Os demais em IBGE (2009).

Corroborando as informações teóricas apresentadas anteriormente, a figura 2 demonstra que até os anos de 1970 nos três Estados da Região Sul o número de

estabelecimentos agropecuários crescia. Com a política de ‘modernização da agricultura’ adotada a partir dos anos 1960 o resultado é o êxodo rural, a concentração de propriedades em mãos de menor número de produtores e conseqüentemente a queda no número de estabelecimentos agropecuários. Nos dois últimos períodos observa-se um comportamento distinto, quando ocorre uma estabilidade no número de estabelecimentos no Paraná, um crescimento no Rio Grande do Sul e somente em Santa Catarina é que o número de estabelecimentos declinou no mesmo período.

Em relação à área ocupada por estes estabelecimentos em cada Estado da região em questão, na figura 3 constam as informações.

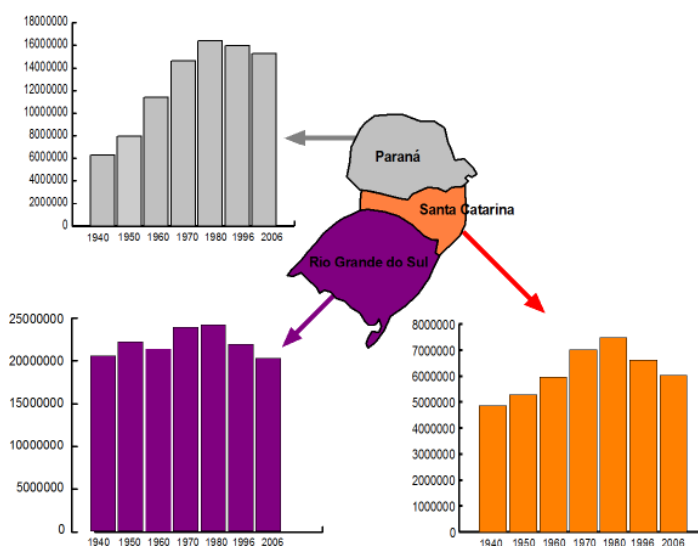


Figura 3: Área total dos estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul entre 1940 e 2006
Fonte: Dados de 1940 até 1970 foram obtidos em IpeaData (2009). Os demais em IBGE (2009).

Sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários, observa-se nos três estados que ocorreu um crescimento até a década de 1980. Tendo então ocorrido uma diminuição. Considerando que após 1988 ocorreu a emancipação de muitos municípios nos três Estados, a transição de espaço rural para urbano pode ser uma das explicações para o declínio na área dos estabelecimentos agropecuários, observado após 1980. Importante ressaltar que as figuras 2 e 3 referem-se à totalidade dos estabelecimentos, sem distinguir se são familiares ou não. Mas ainda assim permitem efetuar observações importantes no que tange à evolução destas informações na região em questão.

No censo agropecuário de 2006 o levantamento de informações utilizou-se da categoria agricultura familiar (segundo critérios da Lei 11326/06, 2010) permitindo efetuar a caracterização deste grupo a partir de dados estatísticos mais confiáveis, desde que se concorde com as definições da lei. No próximo item procurou-se apresentar informações da

agricultura familiar nos Estados da Região Sul, procurando apresentar condições mais recentes desta categoria.

3.2 Agricultura Familiar na Região Sul a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006

Objetivando caracterizar a agricultura familiar em tempos mais recentes, foram utilizadas informações do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009). Nas figuras 4 e 5 constam os percentuais de estabelecimentos e área ocupada pelos produtores considerados como familiares e por aqueles não familiares.

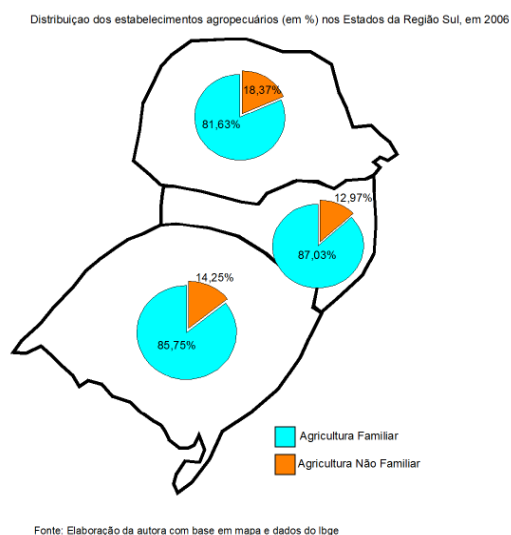


Figura 4: Número de estabelecimentos agropecuários (em %) por tipo de propriedade no ano de 2006, nos Estados da Região Sul
Fonte: IBGE (2009)

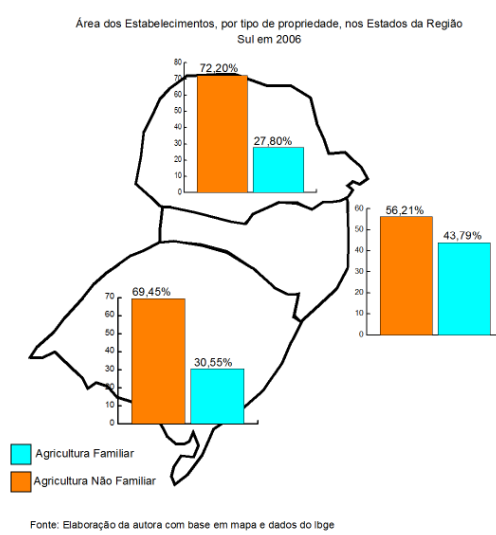


Figura 5: Área total dos estabelecimentos agropecuários (em %) por tipo de propriedade, no ano de 2006, nos Estados da Região Sul
Fonte: IBGE (2009)

As ilustrações permitem observar que nos três Estados da Região Sul o número de estabelecimentos em sua expressiva maioria é de propriedade de agricultores familiares. O Paraná é o Estado em que há menor percentual de estabelecimentos familiares e Santa Catarina o maior. Esta informação reforça a importância de estudar a categoria agricultura familiar, visto tratar-se daquela que predomina em números de estabelecimentos em todos os estados da região.

Já em relação à área dos estabelecimentos a figura 4 demonstra o fato de que há concentração de terras em mãos dos produtores não familiares. Sendo que no Paraná a concentração é maior e em Santa Catarina o equilíbrio é maior. No que tange a esta concentração também se constata que a tendência da agricultura familiar é possuir pequenas

áreas de terra o que exige a prática de culturas distintas daquelas praticadas pela agricultura não familiar, proprietária de maiores extensões de área.

A partir da figura 4 foi possível observar que a agricultura familiar predomina em percentuais do número de estabelecimentos em cada um dos três estados analisados. Outra informação que valoriza a categoria em questão é a sua capacidade de ocupação da mão de obra. A partir de dados disponibilizados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006, e considerando a totalidade de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias nos Estados da Região Sul, chegou-se aos percentuais ilustrados na figura 6.

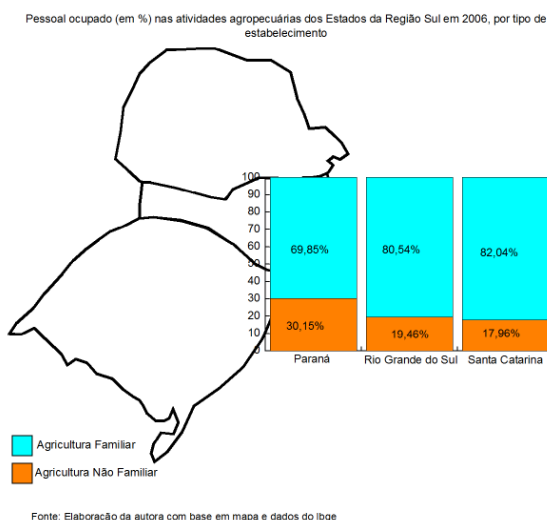
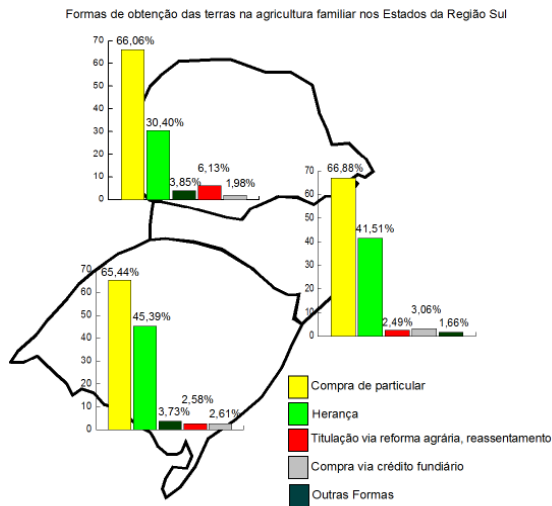


Figura 6: Pessoal ocupado (em %) nas atividades agropecuárias nos Estados da Região Sul, no ano de 2006
Fonte: IBGE (2009).

Dentre os três Estados, observa-se que no Paraná a agricultura familiar participa com o menor percentual de pessoas ocupadas, mas ainda assim sua participação é significativa. Nos outros dois Estados, a agricultura familiar demonstra ter uma participação de grande relevância, enquanto a agricultura não familiar responde por baixo percentual de pessoas ocupadas. Uma vez que nesta categoria predomina a utilização de maior volume de recursos mecanizados.

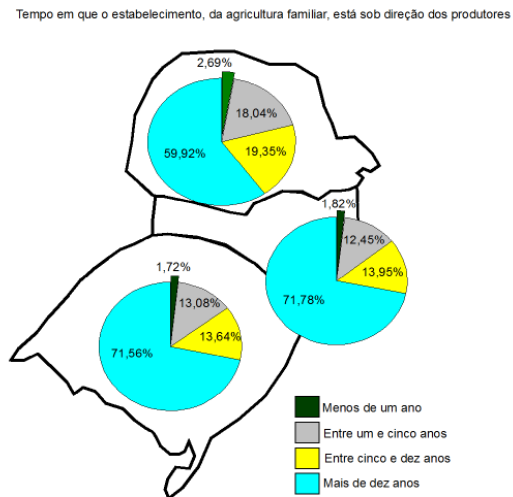
As informações da figura 6 permitem efetuar algumas considerações tais como: os produtores não familiares por produzirem em extensões maiores de área tendem a tecnificar o processo produtivo reduzindo assim a ocupação de mão de obra, que neste caso tende a ser assalariada. Já na agricultura familiar a mão de obra ocupada é predominantemente da própria família. Tais números apontam para a importância de que nesta categoria as atividades produtivas consigam ocupar e remunerar as pessoas disponíveis, sendo importante que as atividades produtivas e as técnicas adotadas permitam a utilização maior de mão de obra e sua adequada remuneração.

Após a observação de informações que reforçam a importância de estudar a agricultura familiar, procurou-se neste trabalho verificar de que forma os agricultores familiares acessaram as propriedades que administram e há quanto tempo atuam na direção do estabelecimento.



Fonte: Elaboração da autora com base em mapa e dados do Ibge

Figura 7: Forma de obtenção das terras na agricultura familiar da Região Sul.
Fonte: IBGE (2009)



Fonte: Elaboração da autora com base em mapa e dados do Ibge

Figura 8: Tempo em que o estabelecimento está sob direção do produtor.
Fonte: IBGE (2009)

A partir das informações do Censo Agropecuário de 2006 observa-se que as principais formas de acesso à terra por parte dos agricultores familiares, nos Estados da Região Sul, são a compra de particulares e a herança. Tendo por base a evolução histórica na região é fácil compreender que a agricultura familiar é uma categoria onde os pais compravam pequenos lotes de terras para seus filhos quando o tamanho da área da família já não permitia mais um desdobramento. A herança também está presente com muita força na história da agricultura familiar da Região Sul.

No que tange aos outros meios de acesso à terra por parte dos agricultores familiares, é interessante observar como o crédito fundiário e as opções de reforma agrária ou reassentamento correspondem a percentuais pequenos⁴.

Em relação ao tempo em que o estabelecimento está sob direção do produtor o gráfico 8 demonstra que os agricultores familiares em sua expressiva maioria atuam no estabelecimento há mais de dez anos. O que pode demonstrar tratar-se de um grupo que

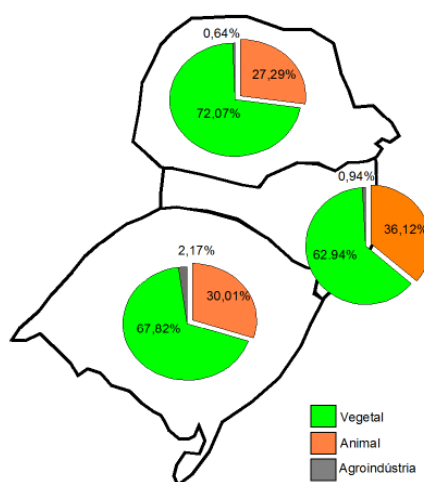
⁴ Em relação à estes percentuais é importante salientar que o somatório é superior a 100%, pois é possível que algumas propriedades tenham sido obtidas por meio de duas formas distintas.

escolheu a atividade e insiste em permanecer nela, independentemente dos desafios que precisam enfrentar. Representando o maior percentual de estabelecimentos, ocupando o maior volume de mão de obra, adquirindo as terras por meio de herança ou compra os agricultores familiares tendem a permanecer no campo, não estando os motivos desta escolha expressos neste texto, mas possíveis de serem observados nas inúmeras abordagens sobre a relação mais íntima que os agricultores familiares têm com suas terras, tema que aqui não será explorado.

A abordagem feita até aqui neste texto procura demonstrar como nos Estados da Região Sul ocorreram experiências que favoreceram a existência da agricultura familiar. Não sem desafios a serem cumpridos. Talvez a principal vantagem nesta região seja o fato de que os três Estados apresentaram ricas experiências ligadas à agricultura familiar, desde os primórdios de sua formação territorial e colonização. Ainda buscando caracterizar a agricultura familiar, na sequência são apresentadas informações sobre o valor da produção das atividades agropecuárias desenvolvidas por este grupo na região em questão.

Para ilustrar a importância das atividades agropecuárias com as quais a agricultura familiar se ocupa, nos três Estados da Região Sul, são apresentadas informações sobre o valor da produção agropecuária. Na figura 9 constam as participações percentuais da produção animal, vegetal e agroindustrial no total do valor da produção obtido pela categoria em questão.

Valor da produção agropecuária na agricultura familiar, nos Estados da Região Sul para o ano de 2006
(em percentuais)



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Figura 9: Valor da produção agropecuária obtido pela agricultura familiar nos Estados da Região Sul em 2006 (em valores percentuais)

Fonte: IBGE (2009)

Fica evidente na ilustração que os agricultores familiares de cada estado da região atuam de forma predominante em atividades agropecuárias ligadas à produção vegetal. A

produção animal não é desprezível, mas em percentual bem menor, com destaque positivo para o Estado de Santa Catarina onde o valor da produção animal apresenta o maior percentual se comparados os estados entre si. Relembrando que a agricultura familiar é a categoria que ocupa o maior número de pessoas, a pergunta que se pode fazer após visualizar a figura 9 é se as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares são capazes de ocupar maior número de pessoas e se permitem a obtenção de melhores remunerações. Quanto à remuneração os dados aqui dispostos não permitem ainda concluir, mas quanto à ocupação de mão de obra algumas observações podem ser efetuadas.

O quadro 2 apresenta o desdobramento das atividades agropecuárias de origem vegetal praticadas na agricultura familiar, estando os dados apresentados em percentuais com os quais cada atividade responde perante o total de valores obtidos nos estabelecimentos.

Estado/ tipo de produção vegetal	Lavoura Permanente	Lavoura temporária	Horticultura	Silvicultura	Floricultura e extração vegetal
Paraná	10,94	80,00	5,31	2,41	1,33
Rio Grande do Sul	10,80	74,20	4,39	9,05	1,56
Santa Catarina	12,96	72,57	4,78	8,14	1,54

Quadro 2: Valor (em percentuais) da produção nas atividades agropecuárias de origem vegetal, praticadas pela agricultura familiar nos Estados da Região Sul, no ano de 2006

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009)

É possível visualizar que na produção vegetal o predomínio está na lavoura temporária. Há diversas culturas consideradas temporárias, tais como: algodão, alho, arroz, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, tomate, trigo. Dentre estas atividades há aquelas que demandam maior tecnificação e outras que demandam a utilização maior de mão de obra. Os dados aqui expostos não permitem concluir em quais atividades está o predomínio da atividade dos agricultores familiares. De acordo com as culturas praticadas será possível observar maior ou menor capacidade de obtenção de rendas por parte da categoria. Estas informações serão apresentadas em estudo futuro.

Retomando informações da figura 9 há ainda o valor da produção obtido pelas atividades relacionadas à produção animal. Dentre os três Estados, é em Santa Catarina que está a maior participação da produção animal no valor total da produção agropecuária. E no Paraná a menor. No quadro 3 estão detalhadas as atividades relacionadas aos tipos de animais a partir dos quais resulta o valor da produção.

Estado/tipo de produção animal	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves	pequenos animais
Paraná	41,56	18,76	36,47	3,21
Rio Grande do Sul	46,53	28,70	23,39	1,37
Santa Catarina	33,30	36,18	28,02	2,50

Quadro 3: Valor da produção das atividades agropecuárias de origem animal, praticadas pela agricultura familiar nos Estados da Região Sul, no ano de 2006.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009)

Dentre os três Estados, o Rio Grande do Sul tem nos animais de grande porte a maior participação percentual no valor da produção, sendo que em Santa Catarina o maior percentual é com atividades relacionadas aos animais de médio porte. No Paraná, além de animais de grande porte, também é significativo o valor da produção obtido com aves. Nos três Estados os agricultores familiares tem no processo de integração às agroindústrias uma forte participação na produção animal. Seja na suinocultura (animais de médio porte) ou na avicultura, há um grande número de agricultores familiares que atuam na produção animal.

Na produção animal, quando observadas as principais fontes de receitas dos agricultores familiares nos Estados da Região Sul observa-se que no Paraná 17,67% das receitas são com produção animal, no Rio Grande do Sul são 20,02% e em Santa Catarina 20,77%.

Uma última observação ainda sobre a figura 9 indica que os agricultores familiares não atuam de forma muito significativa na agroindustrialização dos produtos oriundos de seus estabelecimentos. O processamento apresenta vantagens em relação à capacidade de agregar valor ao produto, mas apresenta o desafio de que o agricultor familiar detenha informações sobre processos produtivos, aspectos legais e ainda de comercialização. Neste sentido o baixo percentual de valor da produção obtido na agroindustrialização pode ser decorrente das dificuldades de que os agricultores familiares consigam se profissionalizar nesta atividade, uma vez que a mesma demandaria um esforço para deter informações de produção e de comercialização. Mas este é um aspecto que pode ser melhor avaliado, pois a agroindustrialização corresponde a uma possibilidade de obter maior volume de renda, necessitando porém que as informações estejam disponíveis aos produtores que desejam nela investir.

4 CONCLUSÃO

Conforme exposto na introdução, o presente estudo teve enquanto objetivo caracterizar a agricultura familiar nos Estados da Região Sul focando principalmente na constituição da categoria e em algumas condições atuais. No que tange aos aspectos conceituais procurou apresentar abordagens acerca da categoria agricultura familiar, cuja definição não é unânime.

Em relação aos aspectos históricos apresentou informações sobre a origem e evolução da agricultura familiar nos Estados da Região Sul, pois apesar das semelhanças existentes, há características que distinguem as três realidades, sendo importante observá-las para compreender melhor a atualidade.

E por fim, utilizando como fonte o Censo Agropecuário de 2006 são apresentadas informações atuais sobre a categoria abordada. Desde o número e área dos estabelecimentos utilizados, forma de obtenção das terras, tempo em que a propriedade está em mãos da família, valor da produção agropecuária e receitas. Alguns dos números expressam a importância da agricultura familiar, seja pelo número de estabelecimentos, quanto pela mão de obra que ocupa. Também fica ilustrado que o acesso à posse do estabelecimento e o tempo em que o produtor está na direção do estabelecimento familiar reforçam as diversas correntes teóricas que discutem o tema. Compra de particulares e herança são as principais formas de posse dos estabelecimentos familiares, estando a expressiva maioria dos produtores na direção dos estabelecimentos há mais de dez anos.

Em relação às atividades agropecuárias das quais os estabelecimentos familiares obtém sua renda, observa-se a predominância das atividades de origem vegetal e nestas as atividades de cultura temporária. Já na produção animal fica evidente nos números que no Rio Grande do Sul e no Paraná o predomínio está nas atividades com animais de grande porte enquanto em Santa Catarina o maior percentual está na produção animal de animais de médio porte. Boa parte destas produções animais devem estar integradas à alguma agroindústria para a qual os agricultores familiares fornecem sua produção, mas isto não foi aqui analisado, sendo objeto para análise em trabalhos futuros.

A pesquisa aqui apresentada não pretende ser conclusiva por si só, sendo subsidiária de análises futuras que pretendem analisar se as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares permitem a estes alcançar as condições de vida que lhes estimulem a permanecer no meio rural. A partir da constatação de que a maior parte do valor da produção é obtida nas atividades de origem vegetal e que nesta o predomínio é das atividades

temporárias, a próxima etapa é verificar as diferentes culturas temporárias procurando relacionar cada cultura com variáveis que indiquem condições de vida no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Anais do 1º Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da Embrapa. Petrolina, 1997, p. 17-27.

_____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Ed. Unijui, 1997. 147 p.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (orgs). A questão Agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133 a 163.

FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Coordenação de Carlos E. Guanzioli. Novembro de 1994.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário de 2006. Disponível em www.sidra.IBGE.gov.br. Acesso em out. 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). População nos censos demográficos por situação do domicílio. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em ago. 2011.

LAMARCHE, Hughes (coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Volume I: Uma realidade Multiforme. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

LEI 11326/06 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República, Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. acesso em maio de 2010.

MELICZEK, Hans. A política da FAO para a promoção da agricultura familiar. In Redes, Santa Cruz do Sul, v. 8, n.2, p. 45-66, maio/ago. 2003.

MORAES, Maria Dione C. de. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. Revista Raízes ano XVII, n. 17, junho/1998.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SWAIN, Tania Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C.. Fronteiras. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma nova política agrária. Publicado no livro Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000, pp. 19-36.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual do ANPOCS. GT 17, processos sociais agrários. Caxambu/MG, outubro de 1996.